



Número: **0852842-82.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **21/10/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO (AUTOR)	FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO (RÉU)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5458948	21/10/2016 21:41	Petição Inicial	Petição Inicial
5458952	21/10/2016 21:41	acao de DPVAT de JOSE AUGUSTO	Documento de Comprovação
5461331	23/10/2016 16:56	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
5461332	23/10/2016 16:56	jose augusto	Documento de Comprovação
5508754	27/10/2016 17:25	Despacho	Despacho
5461369	31/01/2017 15:50	Informação	Informação
6420679	31/01/2017 15:50	jose augusto a	Documento de Comprovação
6420711	31/01/2017 15:50	jose augusto a (2)	Documento de Comprovação
6420720	31/01/2017 15:50	jose augusto	Documento de Comprovação
9194563	15/08/2017 13:38	Expediente	Expediente
9194564	15/08/2017 13:38	Mandado	Mandado
9257060	17/08/2017 23:16	Diligência	Diligência
9257065	17/08/2017 23:16	Scan1	Devolução de Mandado
9800478	20/09/2017 14:23	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
9800514	20/09/2017 14:23	PETIÇÃO DE JOSE AUGUSTO	Documento de Comprovação
9800543	20/09/2017 14:24	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
9820495	21/09/2017 11:33	Termo de Audiência	Termo de Audiência
9820522	21/09/2017 11:33	JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL	Termo de Audiência

10685 232	14/11/2017 14:10	Despacho	Despacho
14939 129	20/06/2018 14:00	Expediente	Expediente
18102 103	02/12/2018 11:56	Petição DE ADITAMENTO	Petição
18102 112	02/12/2018 11:56	PETIÇÃO DE JOSÉ AUGUSTO	Outros Documentos
28546 728	26/02/2020 19:25	Despacho	Despacho
29459 100	27/03/2020 10:40	Despacho	Despacho

EM ANEXO



EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, titular do CPF nº 569.612.354-68, residente e domiciliado na residente e domiciliado na Rua José Ricardo F. Baunilha, s/n, Bairro do Cristo Redentor, na Cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, vem por sua advogada que esta subscreve, devidamente constituída conforme instrumento de procuração incluso, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **NOBRE SEGURADORA, CNPJ: 85.031.334/0001-85, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua Sinézio Guimarães - nº 301, sala 3, João Pessoa/PB**, ancorado na Lei nº. 11.482/2007 e demais disposições à matéria pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promotente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;



Em decorrência do acidente, a promovente sofreu seqüelas graves – FRATURA DA PERNA, sendo socorrido para o HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA E SENADOR LUCENA, e submeteu-se a procedimento cirúrgico.

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR**, por seqüela de fratura ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela seqüela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros



Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;



Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:



a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;

b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;

c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.

f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais)..

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 20 de outubro de 2016.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA
OAB/PB 14.540



em anexo



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Jose Augusto da Silva Filho, nacionalidade: brasileira, Estado: Paraíba, civil: solteiro, Profissão: pedreiro, RG nº 1.116.300, CPF nº 569.612.354-68, residente e domiciliado em L. José Ricardo F. Baumilho, D/n, fone: 99155-2486/98739-4645/98884-7274

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º 14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

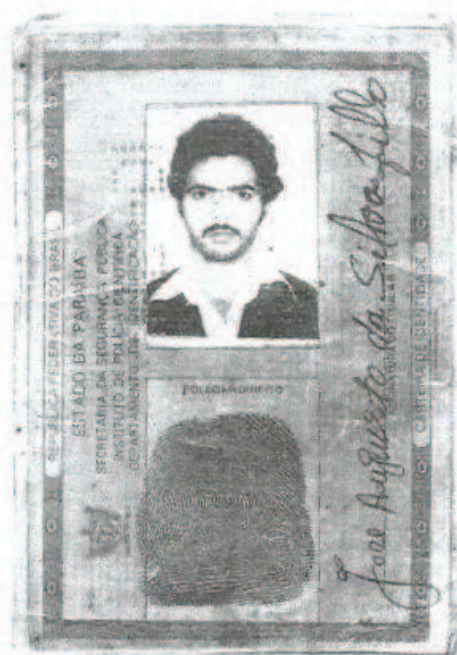
PODERES : a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judícia", em qualquer instância e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/ contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 30% (Trinta por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

João Pessoa, 01 de julho de 2016.

X Jose Augusto da Silva Filho







Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0852842-82.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária ao autor.

Quanto à citação da parte ré, **remeta-se o feito ao Centro de Conciliação e Mediação deste Fórum Central** para que proceda à realização de audiência de conciliação, observando-se os prazos ali previstos, bem como os atos necessários, oficiando-se também ao Coordenador do Centro de Conciliação informando da necessidade de disponibilização de pauta. Passados 30 (trinta) dias sem resposta do apazamento, considerando o princípio da duração razoável do processo, bem como a impossibilidade deste juízo de avocar para si as audiências de conciliação sob pena de inviabilizar o funcionamento desta unidade judiciária, determino a citação da parte ré, nos exatos termos do art.335 do NCPC.

JOÃO PESSOA, 26 de outubro de 2016.

Juiz(a) de Direito



em anexo



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: José Augusto da Silva Filho, nacionalidade: brasileira, Estado: Paraíba, civil: solteiro, Profissão: pedreiro, RG nº 1.116.300, CPF nº 569.612.354-68, residente e domiciliado

R. José Ricardo F. Baumilha, 0/n, fone: 99155-2486/
José Augusto / 98739-4645 / 98884-7174

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º 14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

PODERES : a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a clausula "ad judicium", em qualquer instancia e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito publico, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Publicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/ contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 30% (Trinta por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

João Pessoa, 01 de julho de 2016.

José Augusto da Silva Filho



DECLARAÇÃO DE POBREZA

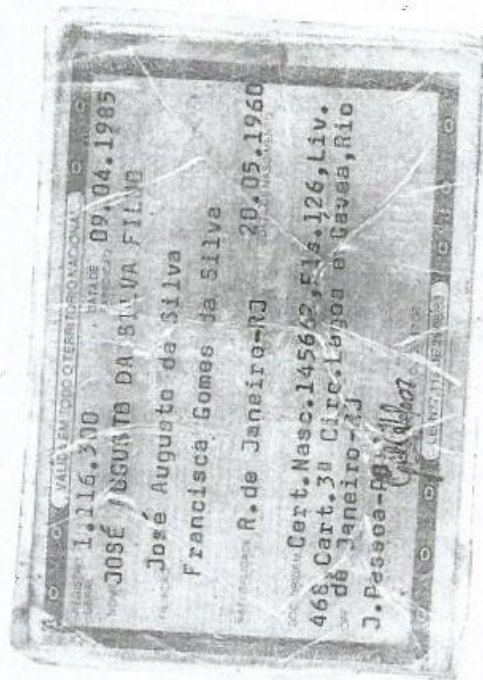
Jose Augusto da Silva Filho, nacionalidade brasileiro, Estado Civil solteiro, profissão pedreiro, portadora do RG nº 1.116.300, CPF nº 569.612.354-68 residente e domiciliada na R. Jose Ricardo F. Baumello, s/n Estado da Paraíba, declara através desta e para fazer prova junto ao Poder Judiciário Federal ou Estadual do Estado da Paraíba, e tendo como norte o At.5º, inc LXXIV da Constituição Federal e o parágrafo único do art.2º da lei 1.060, que é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas, encargos e demais emolumentos processuais caso venham a ser arbitrados sem sacrifício ou prejuízo de sua família tudo em conformidade com o já citado artigo.

Declara ainda, ser conhecedora da responsabilidade caso este instrumento não reporte com a verdade.

João Pessoa, 01 de julho de 2016.

x Jose Augusto da Silva Filho







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2017
Ocorrência nº. 0131/2017

Aos DEZENOVE dias de JANEIRO de DOIS MIL E DEZESSETE, nesta cidade de SAPE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do (a) Dr (a). **FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHÃES**, Delegado (a) de Polícia Civil, comigo, escrevã (o) do seu cargo, aí, por volta 10h:35 min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO, identidade nº 1116300-SSP/PB, CPF nº nacionalidade brasileira, estado civil: solteiro, profissão: pedreiro, filho de José Augusto da Silva e de Francisco Gomes da Silva, natural de Rio de Janeiro/RJ, nascido em 20/06/1960 (56 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Projetada, Nº s/n, René Baunilha SAPE/PB, fone(s) para contato:83-

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO;**
- 2) DATA DO FATO: 02 de Junho de 2016;
- 3) HORÁRIO:13:00min;
- 4) LOCAL: Centro, Sobrado/PB

BREVE RESUMO DO FATO

QUE na tarde do dia 13/06/2016, o declarante vinha na garupa de uma moto DAFRA de placa KFZ 4229/PB, quando caiu, tendo lesionado o joelho esquerdo, sendo socorrido para o Hospital de Traumas, onde passou cerca de treze dias internado, tendo sido submetido a procedimento cirúrgico, e até hoje ainda sofre com as sequelas do acidente.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.


JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO
Comunicante





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO
DATA DE NASCIMENTO	20/05/60
NOME DA MÃE	FRANCISCA GOMES DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	95.581
BOLETIM DE ENTRADA N.º	924.554
DATA DO ATENDIMENTO	02/06/16
HORA DO ATENDIMENTO	17:19
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE PLATÔ TIBIAL ESQUERDO
CID 10	S82.1

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, apresentando dor, edema e deformidade em joelho esquerdo. Presença de fratura de platô tibial esquerdo. Abdomen sem alterações. Glasgow 15. Internação para cirurgia. Operado e evoluiu sem intercorrências.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de joelho esquerdo AP/P

TRATAMENTO:

Tratamento cirurgico de fratura de platô tibial esquerdo.

ALTA HOSPITALAR:	13/06/16
DATA DA EMISSÃO:	03/01/17

DR. JOSÉ ALMEIDA BRAGA
MÉDICO CVB/HEETSHL
CRM - 2329

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Especial de Emergência e Trauma
Senador Raimundo Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

ACOLHIMENTO, sr. - CNES: 123312 - Tel:

Boletim de Atendimento: 924554



Identificação do paciente

ID	Nome	Sexo
776687	JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO	Masculino
Data de nascimento	Idade	Estado civil
20/05/1960	56 anos 13 dias	SOLTEIRO(A)
Mãe	Religião	Prontuário
FRANCISCA GOMES DA SILVA	NÃO INFORMADA	
Escolaridade	Pai	
	JOSE AUGUSTO DA SILVA	
DDD Móvel	Fone Móvel	Responsável (Parentesco)
83	991004235	ENEIDA - TEC. DE ENFERMAGEM - ACOMPANHANTE
Tipo documento	Número documento	DDD Fixo
RG (IDENTIDADE)	116300	83
Local de procedência	Nº Cns	Fone Fixo
HOSPITAL DR. SÁ ANDRADE (SAPE)	702609201220143	
Email	Tipo	UF
	UNIDADESAUDE	PB
Naturalidade	CBO/H	
RIO DE JANEIRO		

Endereço

CEP	Município de residência	UF
59340000	SAPE	PB
Número	Complemento	Logradouro
SN		ENGENHEIRO DE CARVALHO
		Bairro
		CENTRO

Admissão

Data e Hora	Número de pulseira	Convênio
02/06/2016 17:19:44	1000004252121	SUS
Especialidade	Clinica	
CIRURGIAO GERAL	CLINICA TRAUMA E GERAL	
Classificação de risco	Origem do paciente	
	OUTRA UNIDADE DE SAUDE	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento	Destino do paciente
URGENCIA	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	MOTO X MOTO

Indicadores e Transporte

Caso policial	Plano de saída	Veículo ambulância	Trauma
Não	Não	Sim	Não
Meio de transporte	Quem transporta		
AMBULANCIA			

Sinais Vitais

PA	Pulso	Temperatura
X		

Exames complementares

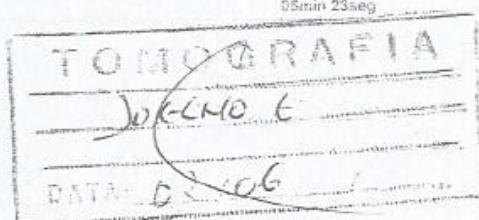
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECC []	Ultrasonografia []
-----------	-----------	----------	-------	-----------	--------	--------------------

Dados clínicos

Diagnóstico

Atendido por
ANA RENNATA DE MEDEIROS NOBREGA

Assinatura:



02/06/2016 17:15





Primeiro Atendimento Médico



1000004250121 BE: 924554
JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO
DT NASC: 20/05/1960
MDE: FRANCISCA GOMES DA SILVA

CNO: ENGENHEIRO DE CARVALHO
N. SN: CENTRO
SAPE
FONE: (83)
CELULAR: (83) 991004085
IDRDE: 96
DT ENTRADA:

PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

DADOS CLÍNICOS - MECANISMOS DO TRAUMA

Acidose lática, perfusão e
monitorada, apresentando hemor-
ragia no local da lesão e
hemorragia na pele

EXAME PRIMÁRIO

Vias () Péricas () Obstruídas

AÉREAS

CERVICAL IMOBILIZADA: () Sim () Não

VENTILAÇÃO:

TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA: () Sim () Não

RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA: () Sem dificuldade

() Com dificuldade

() VENTILAÇÃO MECÂNICA

() APNÉIA

AUSCULTA PULMONAR:

1- MURMÚRIO VESICULAR

HTD: () Presente e normal

() Rude

() Diminuído

() Ausente

HTE: () Presente e normal

() Rude

() Diminuído

() Ausente

2- RUIDOS

() Sim

() Não

HTD: Roncos

Sibilos

Estertores

HTE: Roncos

Sibilos

Estertores

FR: _____ imp SaO₂: _____ %

CIRCULAÇÃO

COR DA PELE:

() Normal () Pálida () Cianótica

() Pletórica () Ictérica

TEMPERATURA DA PELE

() Normal () Quente () Fria

PULSO

() Normal () Aumentado

() Fino () Ausente

AUSCULTA CARDÍACA

RÍTIMO

() Regular () Irregular () Ausente

BULHAS

() Normotônicas () Hipofônicas

() Hipofônicas () Ausente

SOPRO

() Presente () Ausente

BE OU B4

() Sim () Não

FC: _____ bpm PA: _____ X _____ mmHg T: _____ °C

ECG:

ABDOMEN:

DÉFICIT NEUROLÓGICO

Pupilas: () Fotorreagente () Paralisadas () Isocóricas () Anisocóricas (diferença = _____ mm)

Escala de Glasgow:

ABERTURA OCULAR		MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<u><4anos</u>)	MELHOR RESPOSTA MOTORA		
Espontânea	4	Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos	5	Obedece aos comandos	6
A solicitação verbal	3	Confuso / Chora, mas é consolável	4	Localiza a dor	5
Ao contínuo estímulo	2	Palavras inapropriadas / Irritado (persistente)	3	Retira o Membro	4
Nenhuma	1	Sons incompreensíveis / Inquieto	2	Flexão anormal (decorticação)	3
		Nenhuma / Nenhuma	1	Extensão Anormal (decerebração)	2
				Nenhuma	1
TOTAL:	7				

F(NG).CC.001.1



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CAMARA - 31/01/2017 15:50:14

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17013115493364400000006301687>

Número do documento: 17013115493364400000006301687



RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: José Augusto da Silva BE/Prontuário: 95581
Idade: _____ Sexo: ☒ Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 30/06/16
Clínica/Setor: _____ EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: _____
Cirurgião: Dr. Kertney 1º Assistente: Dr. Ricardo Gama
2º Assistente: Dr. Claudio 3º Assistente: Dr. Heloanir
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr.
Tipo de Anestesia: _____ Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Fr. de platô Tibial exp.</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>ATO cirurgia para fr. de platô Tibial exp.</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

☒ Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

João Pessoa, 30/06/16

F(NG).ASCIR.009-1





REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME



Prontuário: 924554-

Date: ____/____/____

Date: 10/06/16

Caixa Pronta: _____

8


[illegible][illegible]

Tirocinante de N.º 42476
 ASSINATURA CIRCULADA E RESPONSÁVEL

ASSINATUUR: COHEN: 230940 - COHEN: 060621

E/CN.CD/K.DP/VI/7.7

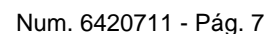


 SUS	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - N° DO PRONTUÁRIO	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
9 - SEXO		10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL	
11 - TELEFONE DE CONTATO		12 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO)	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - Cód. IBGE - MUNICÍPIO	
15 - UF		16 - CEP	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL		23 - CID 10 PRINCIPAL	
24 - CID 10 SECUNDÁRIO		25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		27 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		30 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
31 - QTD		32 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - QTD		34 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
35 - QTD		36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
37 - QTD		38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO	
CL 4.5 (TM CIRURGICA) OLPAK+ EM L@ DE OF.F. PARAF. CORTICAÇÃO 01 m = 28/01 m = 30/01 m = 32/01 m = 42 e PARAF. ESPONJOSO 01 m = 80/01 m = 85			
PROFISSIONAL SOLICITANTE			
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO		42 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
43 - ASSINATURA		44 - CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)	
AUTORIZAÇÃO			
45 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		46 - Cód. ORGÃO EMISSOR	
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		48 - DOCUMENTO	
49 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		50 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)	



2

CIRCULANTE
 Gaetano de don Costa
 1470300
 FINANZIARIA

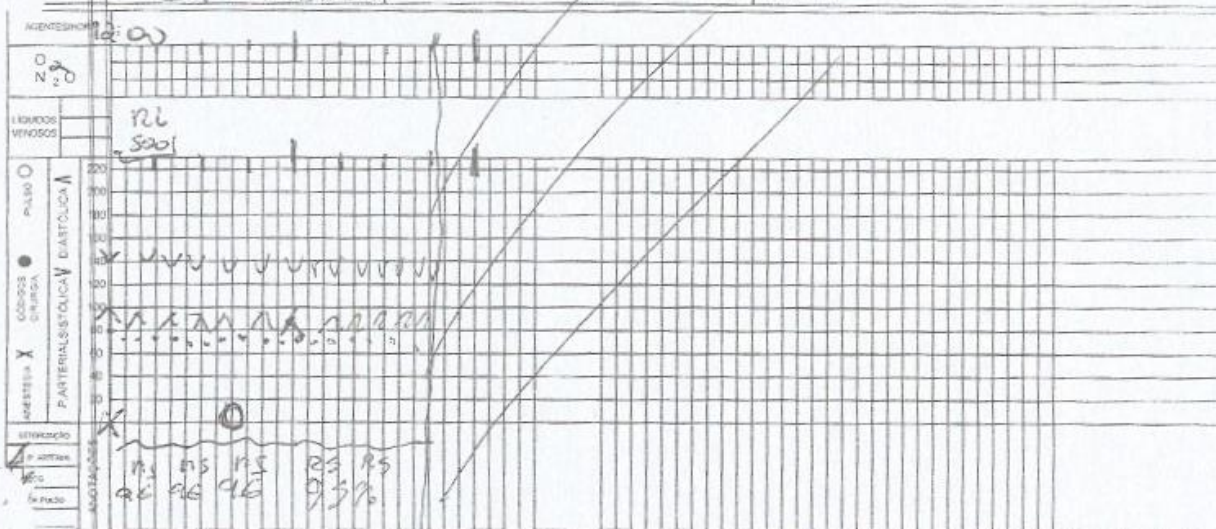


FICHA DE ANESTESIA

DATA: 10/04/16

PRONTUÁRIO: 929554

PACIENTE: JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO		SEXO: M	COR: PD	IDADE: 56
PRESSÃO ARTERIAL: 120/80	PULSO: 80	RESPIRAÇÃO: 18	TEMPERATURA: 36,5	PESO: 80
ESTADO GERAL (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO		RISCO CIRÚRGICO (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO		
EXAMES COMPLEMENTARES: UPM				
AP. RESPIRATÓRIO: Eupneico		AP. CIRCULATÓRIO: Gstauf		
AP. DIGESTIVO: Jgum		ESTADO MENTAL: Lúcido		DROGAS EM USO:
PRÉ-ANESTÉSICO DOSE/HORA:				ESTADO FÍSICO (ASA): II
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura de Placa Tibial				
CIRURGIA REALIZADA: Tratamento cirúrgico de fratura de placa tibial				
CIRURGIÃO: Dr. Kertuey		AUXILIARES: Dr. Ricardo Barros		
INÍCIO DA ANESTESIA: 12:00		TÉRMINO DA ANESTESIA: 13:45		DURAÇÃO DA ANESTESIA: 1:45
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO:		QUANT. DE CH:		VALORES R\$:
ANESTESISTA: Dr. ARDON		CPF:		CRM-PB:



<input type="checkbox"/> ANESTESIA GERAL <input checked="" type="checkbox"/> TRAQUEAL <input type="checkbox"/> EPIDURAL <input type="checkbox"/> BLOCO PLEXO <input type="checkbox"/> BLOCO NERVOS <input type="checkbox"/> OUTROS	
TÉCNICA: 1) Fdo. 100% 2) Manutenção 3) Manutenção 4) Pós-anestésico 5) A + B (pós)	
MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO	
GLUCOSE	1) Mercúrio 150 0,5% 15mg
PROL	2) Propofol 100mg
ROQUE	3) Propofol 100mg
ROQUE	4) Propofol 100mg
TOTAL	5) Propofol 100mg
DESCRIÇÃO DO PACIENTE	6) Paciente consciente 6-6, 126 G (Quente) 1,6 CR (falso) 7) Injeção de 1+2 8) Pós-anestésico 9) Manutenção
<input type="checkbox"/> APT* <input type="checkbox"/> UTI <input type="checkbox"/> OUTROS	<input type="checkbox"/> ENFERMARIA <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> OUTROS
ASSINATURA DO MÉDICO: Dr. Ardon Moreira Médico CRM 4154	

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Jose Augusto da Silva Filho, nacionalidade: brasileira, Estado: Paraíba, civil: solteiro, Profissão: pedreiro, RG nº 1.116.300, CPF nº 569.612.354-68, residente e domiciliado em L. José Ricardo F. Baumilho, D/n, fone: 99155-2486/98739-4645/98884-7274

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º 14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

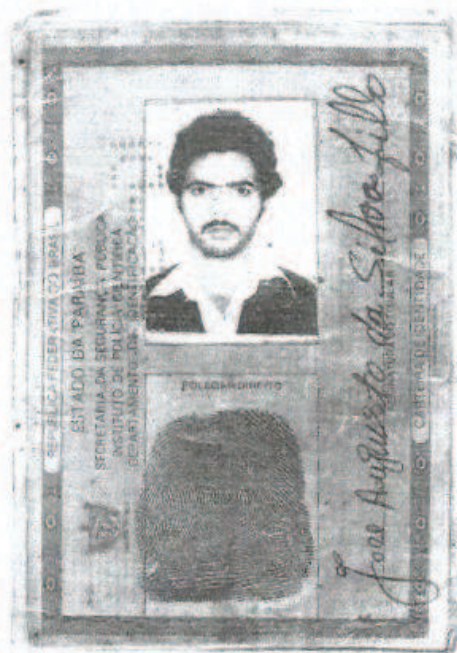
PODERES : a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judícia", em qualquer instância e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/ contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 30% (Trinta por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

João Pessoa, 01 de julho de 2016.

X Jose Augusto da Silva Filho





Intimo o autor(a) através do seu advogado (a) para comparecer a audiência de Conciliação a ser realizada no dia 20/09/2017 as 14:50 horas no Centro de Conciliação Cível no 7ª Andar do Fórum Cível da Capital.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital

PROCESSO Nº 0852842-82.2016.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Advogado do(a) RÉU:

Nome: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A
Endereço: Sinésio Guimarães, SALA 3, 301, TORRE, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000
para comparecer a audiência de conciliação, no endereço supra em Tipo: Conciliação Sala: SALA 03 Data: 20/09/2017 Hora: 14:50 . Não havendo acordo, poderá oferecer defesa e produzir provas. Ficando advertido que, não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial cuja cópia segue em anexo.

, em 15 de agosto de 2017.

JOSILDA TEIXEIRA REMIGIO

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

16102121403945900000005363740



CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado, estive na Rua Sinésio Guimarães, nº 301, Bairro Torre, e deixei de proceder a **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO** ordenada, da NOBRE SEGURADORA DO BRASIL, em face da referida não mais funcionar no endereço indicado no mandado. Certifico ainda, que, no local funcionaria a GARANTIA SEGUROS, e que, segundo informações da funcionária Suenia Maria Moraes, desde o dia 03 de Outubro de 2016 a Nobre Seguradora foi liquidada pela SUSEP, conforme documento em anexo, deixando assim de ser representada pela Garantia Seguros. Assim sendo, devolvo o mandado a origem, para as providências cabíveis. Dou fé.

João Pessoa, 17 de agosto de 2017



SUSEP DECRETA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA NOBRE SEGURADORA
04/10/2016

O Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados decidiu, por unanimidade, em reunião ordinária desta segunda-feira (3), liquidar a Nobre Seguradora do Brasil S.A. A empresa vinha apresentando prejuízos recorrentes em suas operações e não adotou nenhuma solução factível para o saneamento definitivo dos problemas. Essa situação perdurou, inclusive, durante o Regime de Direção Fiscal decretado pela Susep em 31 de março deste ano.

Veja abaixo a íntegra da Portaria sobre a liquidação da empresa:

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS PORTARIA No 6664, de 3 de outubro de 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, com base na alínea "a", do artigo 96 do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, e no artigo 69 da Resolução CNSP nº 31, de 15 de julho de 2015, e considerando o que consta do Processo SUSEP nº 15414.100254/2016-16,

RESOLVE:

Art. 1º Decretar a Liquidação Extrajudicial da NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A., CNPJ nº 85.031.334/0001-85, fixando o termo legal da liquidação em 03 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA ATAÍDES
Superintendente



EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
2º VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JOÃO
PESSOA-PB**

Processo nº: 0852842-82.2016.8.15.2001

CLEA MOURA MARTINS e outros, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, nos autos da AÇÃO DE DESPEJO, que move em face da **RODRIGUES, BARRETO & CIA LTDA - ME**, por sua advogada que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A NO PÓLO PASSIVO.

Ante do ofício, anexado aos autos no evento nº 9257065, informando que a parte Ré, NOBRE SEGURADORA está em processo de Recuperação Judicial, assim como, tendo em vista trata-se de um processo de Cobrança de Seguro DPVAT, requer a este Douto Juízo a denúncia da Seguradora Líder Dos Consórcios DPVAT, para compor o pólo passivo desse processo.

Nesse sentido é a jurisprudência:



Ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO DA SEGURADORA LÍDER. CABIMENTO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA SEGURADORA INTEGRANTE DO CONSÓRCIO.

1.No caso em exame a seguradora contra a qual a parte autora litigou encontra-se sob o regime de liquidação extrajudicial, constituída pela SUSEP em 17 de agosto de 2005, mediante a Portaria n.º 2231 .

2.No entanto, em se tratando de seguro obrigatório DPVAT cumpre destacar que há consórcio de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro, gerido, atualmente, pela...

Preceitua a Resolução n.º 154/2006, do CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, no art. 5º do seu Anexo, a forma como será gerencia da e dividida organicamente a participação, quanto aos pagamentos do seguro obrigatório DPVAT :

“Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.



[...] § 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo.

[...] § 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

Desde a Resolução do CNSP n.º 154/2006, possibilitou-se a operacionalização dos Consórcios através de uma Seguradora Líder, com especialização em seguro DPVAT. Desta forma, criou-se, por força do art. 2º da Portaria SUSEP n.º 2.797/2007, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Neste sentido, requer a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, de imediato, a sua inclusão no pólo passivo da presente demanda, como litisconsorte da Ré, considerando ser esta a responsável pelos eventuais ônus decorrentes desta demanda (art. 5º, §8º, da Resolução do CNSP n.º 154/2006).

Dessa forma, requer a citação da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, com C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04, na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205.



DOS PEDIDOS

Diante do exposto reitera os pedidos feitos na inicial, bem como a inclusão e citação da promovida Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, com C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04, no endereço localizado na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205 .

Nestes termos

Pede Deferimento

João Pessoa, 20 de setembro de 2017.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540



EM ANEXO



TERMO DE AUDIÊNCIA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
FORUM CÍVEL DA CAPITAL
CEJUSC CÍVEL

Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB. Telefone: 3208-2532

PROCESSO: 0852842-82.2016.8.15.2001

VARA DE ORIGEM: 1ª Vara Cível da Capital

AUTOR: JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO

RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

PRESENTES À AUDIÊNCIA

ADVOGADO(A) DO AUTOR(A): FLAVIANA DA SILVA CAMARA OAB-PB:14540

AUSENTES À AUDIÊNCIA

AUTOR(A): JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO devidamente representado por sua advogada

RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A


ADVOGADO(A) DO RÉU:

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 20 de setembro de 2017, às 14h: 50 min foi aberta audiência de conciliação, porém à ausência da parte RÉ impossibilitou a tentativa de conciliação. Tendo em vista a falta de citação/intimação como consta o ID:9257060.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, retorna para Vara de origem devidamente assinado pelos presentes.

João Pessoa, em 20 de setembro de 2017.


ADVOGADO DO AUTOR


CONCILIADOR/MEDIADOR





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0852842-82.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para indicar endereço atualizado da seguradora promovida, no prazo de 15 (quinze) dias, eis que nos termos da certidão do meirinho (Id. 9257060), a seguradora não fora localizada no endereço indicado na inicial.

P.I

JOÃO PESSOA, 10 de novembro de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0852842-82.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para indicar endereço atualizado da seguradora promovida, no prazo de 15 (quinze) dias, eis que nos termos da certidão do meirinho (Id. 9257060), a seguradora não fora localizada no endereço indicado na inicial.

P.I

JOÃO PESSOA, 10 de novembro de 2017.

Juiz(a) de Direito



EM ANEXO



EXMº SR.º DRº JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB

PROCESSO Nº 0852842-82.2016.8.15.2001

JOSE AUGUSTO DA SILVA FILHO, já qualificada nos autos da Ação de Cobrança do SEGURO DPVAT, que move em face da **NOBRE SEGURADORA**, igualmente já qualificados, vem, por sua procuradora e advogada que a esta subscreve, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que se segue:

DA INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A NO PÓLO PASSIVO

Ante a informação pública e notória em todos os processos ajuizados em face da parte Ré, NOBRE SEGURADORA está em processo de Recuperação Judicial, assim como, tendo em vista trata-se de um processo de Cobrança de Seguro DPVAT, requer a este Douto Juízo a denúncia da Seguradora Líder Dos Consórcios DPVAT, para compor o pólo passivo desse processo.

Nesse sentido é a jurisprudência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO DA SEGURADORA LÍDER.



CABIMENTO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA SEGURADORA INTEGRANTE DO CONSÓRCIO.

1.No caso em exame a seguradora contra a qual a parte autora litigou encontra-se sob o regime de liquidação extrajudicial, constituída pela SUSEP em 17 de agosto de 2005, mediante a Portaria n.º 2231. 2.No entanto, em se tratando de seguro obrigatório DPVAT cumpre destacar que há consórcio de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro, gerido, atualmente, pela...

Preceitua a Resolução n.º 154/2006, do CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, no art. 5º do seu Anexo, a forma como será gerencia da e dividida organicamente a participação, quanto aos pagamentos do seguro obrigatório DPVAT :

“Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

[...] § 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo.

[...] § 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.”

Desde a Resolução do CNSP n.º 154/2006, possibilitou-se a operacionalização dos Consórcios através de uma Seguradora Líder, com especialização em seguro DPVAT.



Desta forma, criou-se, por força do art. 2º da Portaria SUSEP n.º 2.797/2007, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Outrossim, observa-se que a Seguradora Líder voluntariamente ingressou nos autos, contestando junto à ré Nobre, bem como participou ativamente dos demais atos processuais, não restando motivos para negar a sua inclusão no polo passivo, pois, como sustentado na defesa por ela própria, possui legitimidade para ali figurar.

Neste sentido, requer a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, de imediato, a sua inclusão no pólo passivo da presente demanda, como litisconsorte da Ré, considerando ser esta responsável pelos eventuais ônus decorrentes desta demanda (art.5º, §8º, da Resolução do CNSP n.º 154/2006).

Destaca-se que nenhum prejuízo advirá à parte autora, nem tampouco à celeridade processual, uma vez que tal seguradora já se faz presente no processo, inclusive contestando o feito juntamente com a demandada originária.

Dessa forma, requer a citação da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, com C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04, na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205 .

DOS PEDIDOS

Diante do exposto reitera os pedidos feitos na inicial, bem como a inclusão e citação da promovida Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, com C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04, no endereço localizado na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205.



Requer a designação de perícia judicial nos termos da Resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Neste termos,

Pede e espera deferimento.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0852842-82.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Recebo o aditamento. Proceda a escrivania a inclusão da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, no polo passivo da ação, junto ao STJ.

A seguir, cite-se no endereço fornecido pelo autor.

JOÃO PESSOA, 26 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0852842-82.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Recebo o aditamento. Proceda a escrivania a inclusão da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, no polo passivo da ação, junto ao STJ.

A seguir, cite-se no endereço fornecido pelo autor.

JOÃO PESSOA, 26 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito

